

Edital nº 016/2016 - ACIDES

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **Curso de Formação de Soldados BM (Impetrantes)**, conforme *Parecer Técnico nº 191/2016 - CEDUC/CEFOSPE/SAD*, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Metropolitano II, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos do Decreto nº 30.517, de 06/06/2007 e da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas as inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação de Soldados BM (Impetrantes)**, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Metropolitano II (CEMET II) da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO**1.1 Da vaga para coordenador de turma:**

Atividade	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Coordenação	800	<ul style="list-style-type: none">• Servidor, possuir o curso de coordenação pedagógica realizado pela ACIDES.• Preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Metropolitano II (CEMET II).	01

1.2 Das vagas de instrutor titular:**DISCIPLINAS CURRICULARES - MÓDULO I (Formação Básica)**

Disciplinas	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Relações Humanas Interpessoais – RHI	10	Possuir graduação ou especialização na área de: psicologia, recursos humanos ou gestão de pessoas.	01
Telecomunicações – TC	10	Possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de telecomunicações.	01
Ética e Cidadania – EC	10	Possuir curso de capacitação na área e experiência em docência no tema.	01
Língua, Comunicação e Mídia – LCM	10	Possuir Curso de Licenciatura em letras com experiência profissional e/ou docência na área e conhecimento de correspondência militar.	01
Uso Progressivo da Força – UPF	10	Ser policial com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e com curso na área de uso diferenciado da força.	01
Armamento, Munição e Tiro – AMT	20	Ser policial com curso na área de armamento, munições e tiro de defesa e mais de 03 anos de experiência na docência da disciplina.	01
Instrução Geral – IG	20	Ser policial militar ou bombeiro militar com mais de 03 anos de experiência em docência na disciplina	01

Ordem Unida – OU	30	Ser Militar com mais de 02 anos de experiência em docência na disciplina	01
Direitos Humanos – DH	20	Possuir curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	01
Direito Administrativo Militar – DAM	20	Ser Militar, Bacharel em Direito, com experiência profissional e/ou docência na área.	01
Direito Penal e Processual Penal – DPPP	20	Bacharel em Direito, com experiência profissional e/ou docência na área.	01
Direito Penal Militar e Processual Penal Militar – DPMPPM	20	Ser Militar, Bacharel em Direito, com experiência profissional e/ou docência na área.	01
Educação Física - EF	50	Possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	01

DISCIPLINAS CURRICULARES - MÓDULO II (Formação Especializada)

Disciplinas	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Atendimento Pré-Hospitalar I – APH-I	40	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
Atendimento Pré-Hospitalar II – APH-II	40	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
História do CBMPE – HCBMPE	10	Ser Bombeiro Militar com experiência profissional e/ou docência na área.	01
Saúde e Segurança Aplicado ao Trabalho – SSAT	10	Possuir Curso na área, com experiência profissional e/ou docência na área.	01
Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos – AEPP	10	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área.	01
Prevenção Contra Incêndio – PCI	20	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área.	01
Combate a Incêndio – CI	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
Salvamento em Altura – SAlt	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
Salvamento Aquático – SAq	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
Salvamento Terrestre – ST	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
Sistema de Comando de Incidentes – SCI	10	Ser Bombeiro Militar com curso na área, experiência profissional e docência na área.	01

Operações de Defesa Civil – ODC	10	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e docência na área.	01
Materiais Motomecanizados – MMZ	20	Ser Bombeiro Militar com experiência profissional e docência na área.	01
Prática Bombeiro Militar - PBM	30	Ser Bombeiro Militar com experiência profissional e docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01
Manobras Acadêmicas Bombeiro Militar – MABOM	30	Ser Bombeiro Militar com experiência profissional e docência na área de, no mínimo, 03 (três) anos.	01

1.2.1. Das vagas de Instrutor Secundário:

Disciplinas	C/H	Requisitos Básicos	Vagas
Armamento, Munição e Tiro – AMT	20	Ser policial com curso na área de armamento, munições e tiro de defesa e mais de 03 anos de experiência na docência da disciplina.	01
Atendimento Pré-Hospitalar I – APH-I	40	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área.	01
Atendimento Pré-Hospitalar II – APH-II	40	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01
Combate a Incêndio – CI	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01
Salvamento em Altura – SAIt	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01
Salvamento Aquático – SAq	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01
Salvamento Terrestre – ST	80	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01
Materiais Motomecanizados – MMZ	20	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01
Manobras Acadêmicas Bombeiro Militar – MABOM	30	Ser Bombeiro Militar com curso na área (atualizado), experiência profissional e/ou docência na área	01

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Condições Gerais

2.1.1. Está inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento) até a publicação deste Edital** no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4. **Após divulgação da seleção, os instrutores selecionados que não tiverem no seu cadastro da ACIDES, certificação reconhecida pelo MEC, que comprove os requisitos exigidos na disciplina desejada, deverão entregar no ENCONTRO PEDAGÓGICO a Declaração de Conhecimento Prático, emitida pelo seu chefe imediato, consoante com Parágrafo 2º do Artigo 7º do Decreto nº 30.517 de 06/06/2007 (anexo II), bem como a Declaração de Reposição de Horas, consoante com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 (anexo III);**

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 016/2016 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico;

3.2.6. Não entregar no Encontro Pedagógico a Declaração de Conhecimento Prático (Anexo II) e a Declaração de Reposição de Horas (Anexo III).

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
MAJ BM	930148-8	JOSE FERREIRA DE MELO	CEMET II
SUB TEN PM	950466-4	JOAO BATISTA DA SILVA	GICAP
CB BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de chamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Os candidatos selecionados deverão apresentar os respectivos **planos de disciplina (PLADIS)**, devidamente identificados, a Supervisão de Unidade de Ensino do Campus, no dia agendado para a reunião pedagógica, dentro do modelo estabelecido pela ACIDES, sob pena de eliminação e convocação do suplente.

4.15. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de Atividade Escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo Decreto nº 32.540, de 24 de outubro de 2008 e pelas modificações realizadas pelo Decreto nº 33.254, de 3 de abril de 2009/2010. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DAS HORAS- AULAS

7.1. Ficará a cargo da Gerência de Integração e Capacitação (GICAP/SDS) os encaminhamentos a Secretaria de Administração (SAD) necessários para o pagamento devido ao Corpo Docente Temporário do Curso (Coordenadores de turmas, instrutores titulares e secundários).

7.2. A Planilha de Saque de Horas-aula deverá ser elaborada sob a coordenação do Supervisor da Unidade de Ensino do Campus, **com base nos registros das cadernetas escolares, portanto, esta não deve conter rasuras**, devendo ser encaminhada à GICAP/SDS até o 1º dia de cada mês. A Planilha para Saque de horas-aula será acompanhada de: Boletim de Serviço e Cronograma de Atividade Escolar (QTS) correspondente ao período de lançamento do saque.

7.3. Caso não seja cumprido, por parte do Campus, o prazo de 10 (dez) dias, conforme o paragrafo único do artigo 6º do Decreto 30.517 de 6 de junho de 2007, o encaminhamento da planilha de saque de horas-aula, o pagamento deverá ser encaminhado para o mês subsequente.

8. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1. O presente edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

8.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

8.3. Ocorrendo o procedimento previsto no item 8.2, o docente substituído será considerado em exigência, sob controle da GICAP/SDS, ficando suspensa sua participação nos próximos processos de seleção da ACIDES por até 1 (um) ano.

8.4. Na situação de que trata o item 8.2, O docente substituído será indicado para realizar uma capacitação, curso na área de didática de ensino, o qual será realizado na ACIDES ou no CEFOSPE e após a conclusão do curso, o docente deverá entregar a mídia da cópia do certificado a GICAP/SDS.

8.5. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

Recife, PE, em 12 de agosto de 2016.

ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS
Secretário de Defesa Social

Anexo I

Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data inicial deste Edital	Docente candidato
2	Construção e Elaboração da Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção , com todos os inscritos e onde farão constar a pontuação dos candidatos e os Instrumentos do Processo de Seleção.	Até 19 /08/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 24/08/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
4	Divulgação dos instrutores/coordenadores selecionados para o cadastro de reservas no site da ACIDES que deverão entregar a Declaração de Conhecimento Prático	Até 26/08/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
5	Encontro pedagógico(CEMET II) - Entrega das Declarações de Conhecimento Prático e de Reposição de Horas dos instrutores selecionados para o cadastro de reserva	29/07/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
6	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	Até 02/09/2016	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

DECLARAÇÃO

Eu _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, atualmente exercendo a função de _____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 2º do Artigo 7º do Decreto nº 30.517, de 06/06/2007 que o(a) servidor(a), _____, matrícula nº, _____, órgão de origem, _____, lotado no(a), _____, **possui conhecimento prático sobre:** _____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/____ a ____/____/____, no(a) _____ (Unidade/Setor). Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema no curso: _____.

Recife, PE, em ____ de _____ de 2016

Assinatura e carimbo da chefia imediata

Anexo III

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008 CNPJ : 02.960.040/0002-91

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

DECLARAÇÃO

Eu, _____, mat. _____, CPF. _____,
_____, Residente a
rua _____, e lotado na
_____, declaro para os devidos fins, que me comprometo a
fazer reposição da carga horária correspondente aos dias em que estarei ausente para prestação de serviços
como contratado pela Secretaria de Defesa Social, ministrando aulas no Curso
_____, no período de ____/____/____ a
____/____/____ (período do curso) e que não estou no período da disciplina ministrada, em qualquer tipo
de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e também pleno conhecimento da impossibilidade de
exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê
entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso.

Recife, ____/____/____.

[Assinatura]

De acordo,

Em, ____/____/____.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Anexo IV

EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS MÓDULO I (Formação Básica)

RELAÇÕES HUMANAS INTERPESSOAIS - RHI

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Abordagem das relações humanas no âmbito dos operativos da SDS, abrangendo organizações, comunicações e dinâmicas de grupo. Identificação e análise das relações sociais a partir de aspectos como: percepção, auto-estima, emoção, valores, motivação criatividade e liderança. Contribuições teóricas para a compreensão dos mecanismos de ação grupal e construção de uma cultura de paz para uma convivência cidadã.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

01. Introdução às relações humanas

1.1 Relacionamento intrapessoal e interpessoal

1.2 Fatores sociais e ambientais que influem no desenvolvimento das relações humanas.

02. Bases do comportamento humano.

2.1 Percepção.

2.2 Auto-estima.

2.3 Emoção.

2.4 Valores.

2.5 Motivação

2.6 Comunicação

03. Relacionamento grupal

3.1 Grupo X Equipe

3.2 Liderança.

3.3 Conflito

3.4 Cultura de Paz.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Eliane Porangaba, Técnicas de Dinâmica facilitando o trabalho com grupos, ed WAK, Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, W. S. Resgate da humanização no ambiente de trabalho. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo: PPGA/FEA/USP, v. 09, n. 2, p. 13-23, abr. -jun. 2002.

MAILHIOT, G.B. **Dinâmica e gênese dos grupos** 3. Ed São Paulo, Livraria 02 Cidades, 1976

MOSKIVICI, felá. **Desenvolvimento Interpessoal**, 03 ed. 03 Atlas 1999 São Paulo.

SOARES, MARIA. APARECIDA. **O impacto da motivação no controle do absenteísmo na atividade policial**, Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Segurança - FACIPE 2008, Recife.

TELECOMUNICAÇÕES - TC

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Criação de condições para que o profissional da área de segurança pública e defesa civil amplie conhecimentos para a identificação dos fundamentos da telecomunicação, enumerando o alfabeto fonético internacional, realizando fonação numérica e do código "Q", desenvolvendo e exercitando habilidades para a utilização adequada dos equipamentos disponibilizados. Fortalecimento de atitudes para aplicação e reconhecimento do papel da tecnologia da comunicação para apoio nas atividades operacionais e administrativas dos profissionais da área de segurança pública e defesa civil, bem como, estudo e compreensão da maneira adequada para a realização de comunicação via rádio no sistema CIODS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. As Telecomunicações

- 1.1 Introdução e importância da comunicação para humanidade
- 1.2 Histórico das telecomunicações
- 1.4 O processo de comunicação
 - 1.4.1 Características do som, voz e ouvido humano
 - 1.4.4 Transformação de energia acústica em energia elétrica
 - 1.4.5 Transformações de energia elétrica em energia acústica
- 1.5 O significado do termo telecomunicações
- 1.6 Tipos de sinais na comunicação

2. Sistemas de Comunicações

- 2.1 Elementos de um sistema de comunicação
- 2.2 Sistema de comunicação por sinais elétricos
 - 2.2.1 Sistemas por cabo
 - 2.2.2 Sistemas por rádio
- 2.3 Tipos de transmissão
- 2.4 Canal de radiofrequência
 - 2.4.1 Classificação das ondas
 - 2.4.2 Frequência

2.4.3 Faixas de frequências utilizadas

- Classificação das ondas de rádio

2.5 Sistemas de transmissão via rádio

2.5.1 Sistema de rádio VHF/UHF

2.5.2 Sistema troncalizado de radiocomunicação móvel

2.5.3 Tipos de rádio transceptor (base fixa, base móvel, portátil)

3. Código internacional

3.1 Código “Q”

3.2 Código alfanumérico

3.3 Informações sobre DATA/HORA

4. Sistemas de telefonia e de posicionamento geográfico

4.1 Sistema de comunicação telefônico

4.1.1 Telefonia convencional

4.1.2 Telefonia celular (Serviço Móvel Pessoal)

4.1.3 Ligação telefônica elementar

4.2 Sistema de rastreamento de veículos por GPS

5. As telecomunicações nos Órgãos Operativos de Defesa Social de Pernambuco.

5.1 Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - “PC”, no Interior do Estado.

5.2 Sistema de vídeo monitoramento e rastreamento de pessoas

5.3 Simulação de cadastramento pessoal e de Guarnição

5.4 Preenchimento de Boletim de Ocorrência - BO

5.5 Transmissão de Mensagens

5.6 Equipamentos de radiocomunicação

5.7 Utilização de Rádios: aula ilustrativa (prática)

5.8 Das Inspeções nas Estações de Rádio

5.8.1 Manutenção de rádio em primeiro escalão

5.8.2 Sinais Amigos na Manutenção de Rádio

5.8.3 Manutenção (alinhamento de estação)

5.9 Rede de computador e de telefonia

5.9.1 Intranet

5.9.2 Rede PE-Multidigital

6. Rede de Computador e de Telefonia Legislação sobre telecomunicações

6.1 Lei Geral das Telecomunicações

6.2 Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência

REFERÊNCIAS:

AGUILAR, D. F. (1999), *Comunicações PM*. Belo Horizonte, Polícia Militar de Minas Gerais, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

ALENCAR, M. S. (1998), *Telefonia digital*. São Paulo, Érica.

ALENCAR, M. S. (1997), *Curso de Telefonia. Apostila*, DEE - UFPB, Campina Grande.

Apostilas: Curso de Telecomunicações para não Engenheiros Telebrás; Telebrás, Rio de Janeiro, 2007.

Apostilas e resumos apresentados (notas de aulas);

BARRADAS, O. (1978), *Sistemas de Radiovisibilidade*, Rio de Janeiro, ETC.

BARRADAS, O. (1998), *Você e as telecomunicações*. Rio de Janeiro, Interciência.

CARLSON, A. B. (1981), *Sistemas de Comunicação*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

Catálogo dos fabricantes: ARS, MOTOROLA, MARKETRONICS, HELM CHATRAL, etc.

COELHO, P. P. (1995), *Telefonia Móvel Celular*, Inatel, Santa Rita do Sapucaí-MG.

DERFLER, J. J. e FREED L. (1994), *Tudo sobre cabeamentos de redes*. Rio de Janeiro: Campus.

FONSECA J., N. (1997), *Telecomunicações I. Apostila*, COELT - ETFSe, Aracaju.

KUROSE, J. F. e ROSS, K. W. (2006), *Redes de Computadores e a Internet*, Pearson Addison Wesley.

LATHI B. P., (1979), *Sistemas de Comunicação*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois.

Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236; Lei da Interceptação Telefônica nº 9.296; Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;

NETO, V. S., *Sistema de Telecomunicações para não Engenheiros Telebrás*;

RAPPAPORT, T. S. (1996), *Wireless Communications*, Prentice Hall, New Jersey.

TOLEDO, A. P., (1995), *Noções de Comutação Telefônica*, MC Grau Hill do Brasil, São Paulo e *Redes Telefônicas* do mesmo Autor.

[1]TELECOMUNICAÇÕES: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Telecomunica%C3%A7%C3%A3o>; Acessado em: 26.05.2008

[2] Portal da ANATEL: <http://www.anatel.gov.br/Portal>.

ÉTICA E CIDADANIA - EC

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Ampliação de conhecimentos para a sensibilização do entendimento quanto à importância do exercício das virtudes no desenvolvimento de uma postura ético-moral. Compreensão das questões éticas e reflexão sobre o papel do cidadão na postura do profissional de Segurança Pública e Defesa civil. Explicação e justificação dos costumes culturais de um determinado agrupamento humano. Desenvolvimento de habilidades para adoção de uma conduta ética e legal que o auxilie nos momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais. Fortalecimento de atitudes, buscando subsídios para a solução de dilemas mais comuns, no desempenho da função. Reconhecimento da visibilidade moral e da importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao deparar-se com situações ilícitas e criminais. Capacitação do discente para assumir uma conduta ética profissional e pessoal. Conscientização do discente sobre seu papel como profissional de segurança pública de acordo com a ética. Conscientização do discente sobre a importância de seu papel como cidadão e profissional de segurança pública, na manutenção dos direitos constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PARTE – I

- a. O Estudo das virtudes como base para o desenvolvimento do caráter
- b. Conceituação de Moral
- c. Conceituação de Ética

PARTE – II

- a. Diferença entre Moral e Ética
- b. Ética: Pessoal, de Grupo e Profissional

PARTE – III

- a. Estado Democrático de Direito:
- b. - O Papel do Profissional da Segurança Pública na Construção do Estado Democrático de Direito.
- c. Cidadania
- d. - Valores Básicos da Cidadania

PARTE – IV

- a. Aspectos Jurídicos da Ética:
 - Art. 5º da CF de 1988
 - Códigos de ética e ou Regimentos disciplinares

PARTE – V

- a. Ética no Serviço Público
 - Princípios Básicos da Administração Pública Art. 37 CF 88
 - Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei – CCEAL (ONU)

PARTE – VI

- a. A Ética na atual contextualização social
 - Paradigmas
 - Ética X Redes Sociais

REFERÊNCIAS:

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passe Fundo: CAPEC, 1988;

BENNETT, Willian J.O Livro das Virtudes. Nova Fronteira.

Constituição Federal de 1988;

Declaração Universal dos Direitos Humanos- (ONU 1948).

DE LA TAILLE, Yves. Formação Ética. Editora Artmed, 2009, 1ª Edição

MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Ética. Editora Zahar, 2007, 1ª Edição

NOVAES, Adauto. Ética. Editora Companhia das Letras, 2007, 1ª Edição

ROCHA, José Manuel de Sacadura. Ética Jurídica. Editora Campus Jurídico, 2011, 1ª Edição

SINGER, Peter. Ética Prática. Martins Editora, 2002, 3ª edição

VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. O que é Ética. Editora Brasiliense, 1996, 9ª Edição

LÍNGUA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA - LCM

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Estudo dos principais tópicos da gramática da língua portuguesa aplicada no ato da comunicação verbal e escrita para ampliar conhecimentos e compreender a linguagem como fator de comunicação observando a necessidade de produzir textos e documentos oficiais com clareza e objetividade no conhecimento, leitura e interpretação, que propiciem uma interação dos comunicantes, enquanto produtores de textos circulantes nas suas atividades profissionais no âmbito da Operativa, como também o emprego de ferramentas tecnológicas. Noção de mídia e imprensa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Elementos da Comunicação:

- a. Emissor,
- b. Receptor;
- c. Mensagem;
- d. Código;
- e. Canal de comunicação;
- f. Referente (contexto);
- g. Ruído.

2. Função da linguagem:

- a. Referencial;
- b. Expressiva;
- c. Conativa;
- d. Fática;
- e. Poética;
- f. Metalingüística;

3. Leitura e interpretação de texto:

- a. Intenção textual;
- b. O sentido lógico e o sentido simbólico das palavras;
- c. Grau de compreensão do texto.

4. Breve revisão dos elementos de ortografia e gramática:

- a. Ortografia;
- b. Acentuação gráfica;
- c. Uso de sinais;
- d. Pronomes de tratamento.

5. Gêneros textuais;

6. Tipos de textos;

7. Coerência e coesão no texto.

8. Correspondência Oficial

- a. Conceito;
- b. Redação Oficial;
- c. Correspondência utilizada na operativa;

- d. Quanto à natureza da correspondência utilizada na operativa;
- e. Regras de redação utilizada na operativa;
- f. Técnicas de elaboração de documentos oficiais.

9. Gêneros:

- a. Memorando;
- b. Comunicação;
- c. Ofício;
- d. Requerimento;
- e. Nota de serviço;
- f. Ordem de serviço;
- g. Ordem de operação;
- h. Diretriz;
- i. Relatórios;
- j. Outros tipos de documentos.

10. Correio eletrônico:

- a. Definição e finalidade;
- b. Forma e estrutura;
- c. Valor documental.

11. Noções de Mídia e Comunicação nas operativas.

- a. Noção de Mídia;
- b. Noção da Assessoria de Imprensa da operativa;
- c. Normas e Diretrizes da operativa.

REFERÊNCIAS:

BECHARA, E. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 11ª Edição, São Paulo, Editora Ática, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília : Presidência da República, 2002. CITELLI,

A. *Linguagem e Persuasão*. 15ª Edição, São Paulo, Editora Ática. 2002

FARACCO & MOURA. *Gramática*. 18ª Edição, São Paulo, Ed. Ática. 1999.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1997.

GARCEZ, L.H.C. *Técnica de redação*. São Paulo, Martins Fontes. 2002

GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2002.

INFANTE, Ulisses. *Do texto ao texto*. São Paulo: Scipione, 1998.

KOCH, Ingendore G. Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH, Ingendore G. Villaça. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto*. Material elaborado para o I Curso de Especialização em Leitura, Produção e Avaliação Textual. UFPE, 2005.

PEIXOTO, F, B. *Redação na vida profissional*. São Paulo, Martins Fontes. 2001.

PLATÃO, Francisco & FIORIN, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996.

ROCHA, Lima e Raimundo Barbadinho Neto. *Manual de Redação, 5ª ed.*, FAE, Brasília, 1994.

ZANOTTO, N. *Correspondência e redação técnica*. Caxias do Sul, EDUCS. 2002.

Portarias e diretrizes utilizadas na operativa referente à comunicação oficial.

ALCÂNTARA, N. Chaparro, M.C. Garcia, W. *Imprensa na berlinda: a fonte pergunta*. São Paulo: Celebris, 2005.

MANUAL NACIONAL DE ASSESSORIA DE IMPRENSA – Brasília: Fenaj, 2007.

KOPLIN, Elisa & Ferraretto, Luiz A – *Assessoria de Imprensa: teoria e prática*, 5ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2009;

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de Imprensa – como fazer*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

VILLELA, Regina. *Quem Tem Medo da Imprensa? – Como e Quando Falar com Jornalistas – Manual de Mídia Training*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2008.

Portarias e diretrizes utilizadas na operativa referente à mídia e imprensa.

USO PROGRESSIVO DA FORÇA - UPF

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Criação de condições para que o profissional da área de segurança pública e defesa civil amplie conhecimentos para análise das peculiaridades dos aspectos legais que envolvem a excludente de ilicitude, o abuso de autoridade, a desobediência e o desacato; Desenvolvimento e exercício de habilidades para identificação do escalonamento do uso da força a partir de procedimentos, técnicas, táticas proporcionando ao profissional de segurança pública e defesa civil a tomada de postura adequada e proporcional à resistência e/ou a agressão recebida; Fortalecimento de atitudes para a priorização e preservação da vida, atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais; Reconhecimento do seu papel na sociedade, atuando dentro das previsões legais, e aplicando a força estritamente necessária para a contenção da resistência e/ou da agressão recebida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios legais (excludente de criminalidade, desobediência, desacato, tortura, danos morais, lesões corporais, excesso e outros);
2. Aspectos legais e éticos do uso da força (legislação internacional, estadual e nacional aplicáveis ao uso da força: Princípios básicos do Uso da Força e da Arma de Fogo – ONU; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal; Constituições

Estaduais; Código de Processo Penal; Código Tributário Nacional; Código de Conduta dos Profissionais dos órgãos de Segurança Pública, Portaria nº 4226 de 31 DEZ 2010);

REFERÊNCIAS:

ADAMS, Ronald I, et al. Street Survival; tactics for armed encounters. 23ª edição. Northbrook. Illinois. Calibre Press, inc. 1999. 430p.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Polícia, violência e Direitos Humanos. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Série cadernos de polícia - nº 20 - Rio de Janeiro, 1994.

CICV. Manual Servir e Proteger

Código Penal;

Código de Processo Penal;

Código de Conduta dos Profissionais dos órgãos de Segurança Pública;

Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei da ONU;

ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO - AMT

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Técnicas necessárias ao correto, eficaz e seguro manuseio, municiamento e utilização ativos e defensivos de armas de fogo de diversos calibres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução

1.1. Histórico e evolução das armas de fogo

1.2. Especificidade do uso da arma de fogo na função policial e sua responsabilidade

2. Armamento leve

2.1. Conceito e classificação

2.2. Processo de disparo / sistema de funcionamento

2.3. Munições

2.4. Balística

3. Armamento convencional (específicos de cada organização).

3.1. Apresentação do armamento

3.2. Características

3.3. Munição utilizada

3.4. Funcionamento

3.5. Mecanismos de segurança

3.6. Manejo

3.7. Inspeção preliminar

3.8. Emprego operacional

3.9. Condução da arma

3.10. Princípios de manutenção e guarda do armamento

4. Iniciação à prática de tiro

4.1. Fundamentos do tiro policial

4.2. Conduta e segurança na prática do tiro

4.3. Princípios de manutenção e guarda do armamento

4.4. Procedimentos com pane de armamento

4.5. Troca operacional de carregadores

4.6. Transição operacional de armamento

4.7. Utilização operacional de coberturas e abrigos

4.8. Progressões e regressões com armamento.

REFERÊNCIAS:

FRANCO, Paulo Alves. Porte de Arma: Estatuto do Desarmamento: Anotado. São Paulo, Ed. Led. 2004.

FACCIOLLI, Angelo Fernando. Lei das Armas de Fogo. São Paulo. Juruá Editora. 2007.

OLIVEIRA, João Alexandre Voss. Tiro de Combate Policial: uma abordagem técnica / João Andrade Voss de Oliveira; Gerson Dias Gomes e Érico Marcelo Fontes – Erechim: São Cristóvão. 2001.

SETÚBAL, Rhaygino Sarly Rodrigues. Tiro Policial: Uma Proposta de Mudança na Formação e Capacitação do Policial Militar. UFMT. 2003.

Coleção Armas Ligeiras de Fogo. Editora Del Prado.1996.

ZANOTA, Creso M. Identificação de Munições. Editora Magnum.1992.

ONU. *Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.*

ONU. *Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo*

INSTRUÇÃO GERAL - IG

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Estudo da dinâmica da vida e postura militar. Iniciação a formação do caráter Militar Estadual (PM e BM). Desenvolvimento dos hábitos e costumes característicos da carreira militar. Exercício dos procedimentos de sinais de respeito e cerimonial da vida castrense. Identificação dos fundamentos legais da corporação. Identificação e aplicação dos elementos essenciais da estrutura geral das Corporações Militares do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. - Generalidades (Art. 2º ao 3º - RCONT);
- b. - Postos e Graduações;
- c. - Dos sinais de respeito e da continência (Art. 4º a 13, Art. 14 a 40 – RCONT);
- d. - Apresentação (Art. 41 a 42 - RCONT);
- e. - Continência da tropa (Art. 43 a 69);
- f. - Da continência da guarda (Art. 70 a 75 – RCONT);
- g. - Da continência da sentinela (Art. 76 a 79 – RCONT);
- h. - Do culto a Bandeira Nacional (Art. 158 a 169);

- i. - Da guarda do quartel (Art. 207 a 211 – RISG);
- j. - Dos soldados da guarda e das sentinelas (Art. 216 a 222 – RISG);
- k. - Da substituição das guardas e das sentinelas (Art. 198 a 199 – RCONT, Art. 225 a 230 - RISG);
- l. - Das atribuições inerentes aos cargos na PM e CBM.

REFERÊNCIAS:

- Decreto Federal nº 6.806, de 25 de março de 2009;
- Portaria Normativa nº 660/Ministério da Defesa, de 19 de maio de 2009;
- Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – R-1 (RISG);
- Instruções Gerais para Aplicação do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (IG 10-60).

ORDEM UNIDA - OU

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A matéria permite adaptação rápida e assimilação dos valores da vida castrense por parte dos integrantes das corporações militares, desenvolvendo aos mesmos as qualidades de autoconfiança, liderança e de responsabilidade sobre aqueles que estão sob seus cuidados nas diversas missões a que são empregados. Evidenciamento e apreensão dos valores militares, cívicos, de respeito à cidadania, bem como a disciplina militar, hierarquia, coesão, reflexos de obediência, fatores que são preponderantes na formação dos militares e que despertam o apreço às ações bem executadas, o exame de pormenores (detalhes) e o desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipe.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. - Conceitos de Ordem Unida e Termos Militares.
- b. - Comandos e meios de Comandos.
- c. - Instrução individual sem armamento: posições, passos, marchas e voltas.
- d. - Instrução individual com armamento: posições, passos, marchas e voltas.
- e. - Instrução Coletiva: Formaturas, Desfiles e honras Fúnebres.
- f. - Avaliação Prática do Conteúdo.

-REFERÊNCIAS:

- Manual de Campanha do Exército Brasileiro C 22-5 - Ordem Unida 3ª Edição 2000.
- Instrução Geral para o Cerimonial Militar- Exército Brasileiro - IG 10-60 edição 2000.

DIREITO HUMANOS - DH

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: - Ampliação de conhecimentos para Reflexão sobre os Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Cidadania;
2. Policial: cidadão e pedagogo;
3. A importância de auto-estima pessoal e institucional;
4. Rigor versus violência;
5. Policial versus criminoso;
6. Ética corporativa versus ética cidadã;
7. Direitos Humanos dos profissionais de segurança pública;
8. Necessidade de hierarquia;
9. A formação dos profissionais de segurança pública;
10. Análise de problemas;

REFERÊNCIAS:

Curso de Direitos Humanos – EAD - da SENASP.

DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR - DAM

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: - Ampliação de conhecimentos para Reflexão sobre o Direito administrativo como construção sócio-cultural; Compreensão da figura do Estado enquanto Pessoa Jurídica de Direito Público e seus poderes

em relação ao servidor e à população; Reconhecimento que o conhecimento Jurídico é apenas uma dimensão basilar da sua ação e uma ferramenta no exercício de sua profissão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito Administrativo: Conceito, objeto, princípios, sujeitos.

2. Poderes da Administração Pública

- 2.1 Poder Hierárquico
- 2.2 Poder Disciplinar
- 2.3 Poder regulamentar
- 2.4 Poder de Polícia (Poder discricionário ou arbitrário)

3. Direitos e deveres do militar estadual (PM/BM)

- 3.1 Lei 10.426/90 (Lei de remuneração) com suas alterações.
- 3.2 Lei 6.783/74 (Estatuto da PM/BM) com suas alterações.

4. Processo Administrativo Disciplinar

- 4.1 Poder disciplinar *taxativo*. Lei 11.817/00 (CDME), parte geral e especial. Procedimento Disciplinar Sumaríssimo (Art. 11 do CDME).
- 4.2 Poder disciplinar *genérico*. Repercussão do ato administrativo. Generalidade acerca do Decreto 22.114/00 (Código de Ética). Conceito de honra, sentimento do dever, pundonor e decoro da classe. Hipóteses de afastamento do Policial (Art. 14 da Lei 11.929/01). Generalidades acerca do Conselho de Disciplina e Processo de Licenciamento.

5. A abordagem policial como exemplo de ato administrativo. Atributos e elementos do Ato Administrativo.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Jorge Luiz de. *Direito Administrativo Militar*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.
AQUINO, Mariana Queiroz. **A função da Punição Disciplinar e a Justiça do Comandante**. *Revista Direito Militar. Associação dos magistrados das justiças militares estaduais - AMAJME*, nº 76, p. 30-32, mar./abr. 2009.
FILHO, Romeu Felipe Bacellar. *Processo Administrativo Disciplinar*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - DPPP

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: - Ampliação de conhecimentos para Reflexão sobre o Direito penal e processo penal como construção sócio-cultural; Reconhecimento a ocorrência de um crime ou contravenção penal quando se deparar com este na execução de seu serviço; Reconhecimento que o conhecimento Jurídico é apenas uma dimensão basilar da sua ação e uma ferramenta no exercício de sua profissão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O que estuda o Direito Penal (Objeto e princípios).

1.1 O que é contravenção? Generalidades acerca da LCP (Decreto-lei 3688/41) e das contravenções mais cometidas.

1.2 O que é um crime? Conceito, *iter criminis*, consumação, tentativa, o papel das polícias no *iter criminis*, desistência e arrependimento, dolo e culpa.

1.2.1 eficácia da lei penal no tempo e espaço,

1.2.2 Quais hipóteses em que um crime pode ser descaracterizado (excludentes).

1.2.3 Crimes mais comuns na vivência profissional: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a Administração Pública e crimes contra a dignidade sexual.

2. O que estuda o Direito Processual Penal (Objeto)

2.1 A abordagem policial como elemento pré-processual. Legalidade.

2.1.1 Legalidade da busca domiciliar. Capítulo XI do CPP. Fundamento: fundadas razões. Conceito de casa x domicílio. Apontamento doutrinário: hotel, trailer, barraca, barco, etc. Exceções legais à possibilidade de invasão de domicílio. Da abordagem às áreas comuns e privadas de condomínios.

2.1.2 Legalidade da busca pessoal. Direito de ir, vir e permanecer. Fundamento da Busca pessoal: fundadas suspeita. Desnecessidade de ordem judicial (Art. 240 e 244 do CPP), inexistência de limites de dia e hora. Busca pessoal em mulheres: Art. 249 CPP. Diferenças entre o Art. 69 da Lei de Contravenções Penais e o Art. 307 do CPB.

2.1.3 Uso de algemas. Súmula Vinculante nº 11STF. Conflito com a anterior previsão do Art. 234, §2º e 242, §1º, do CPPM e Súmula Vinculante nº 11, do STF. Prisão: publicidade e espetacularização – HC RO 89429-1. Min. Cármen Lúcia STF. HC 91952-9 SP. Art. 284 e 292CPP. Art. 234 §1º CPM. Uso de algemas em audiências judiciais.

2.2 Em que hipóteses uma pessoa pode ser presa no Brasil. Prisão condenatória e prisões cautelares (Preventiva, temporária e Frangente Delito).

REFERÊNCIAS:

DELMANTO, Celso 'et al'. *Código Penal Comentado*. 6. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR - DPMPPM

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: - Ampliação de conhecimentos para:

- Reflexão sobre o Direito Penal Militar e o Processo Penal Militar como construção sócio-cultural.
- Reconhecimento da ocorrência de um crime militar quando se deparar com este na execução de seu serviço.
- Reconhecimento que o conhecimento Jurídico é apenas uma dimensão basilar da sua ação e uma ferramenta no exercício de sua profissão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O que estuda o Direito Penal Militar (Objeto).

1.1 O que é crime militar? Conceito.

1.2 Diferenças entre o Direito Penal comum e o Direito Penal Militar

(generalidades).

- 1.3 Crimes militares em tempo de paz
 - 1.3.1 Crimes contra a autoridade ou disciplina Militar
 - 1.3.1.1 Do motim e da revolta
 - 1.3.1.2 Da aliciação e do licenciamento
 - 1.3.1.3 Da violência contra superior ou militar de serviço
 - 1.3.1.4 Do desrespeito à superior e a símbolo nacional ou farda
 - 1.3.1.5 Da insubordinação
 - 1.3.1.6 Da usurpação e do excesso ou abuso de autoridade
 - 1.3.2 Crime contra o serviço militar e dever militar
 - 1.3.2.1 Da insubmissão
 - 1.3.2.2 Da deserção
 - 1.3.2.3 Do abandono de posto e outros crimes em serviço
 - 1.3.3 Dos crimes sexuais
 - 1.3.4 Dos crimes contra a administração militar
 - 1.3.4.1 Do desacato e da desobediência
- 1.4 Crimes praticados em serviço: crime militar ou comum?
- 1.5 Particularidades quanto aos crimes dolosos contra a vida

2. O que estuda o Direito Processo Penal Militar

- 2.1 As duas justiças militares: estadual e federal. Generalidades de cada uma.
- 2.1 Inquérito Policial Militar.
 - 2.1.1 Como pode ser instaurado um IPM (Requisitos)?
 - 2.1.2 Características do IPM.
 - 2.1.2.1 Das principais características
 - 2.1.2.2 Da não recepção da incomunicabilidade do preso.
 - 2.1.2.3 A possibilidade do Presidente do IPM determinar a prisão do indiciado.

REFERÊNCIAS:

- ASSIS, Jorge César. *Comentário ao Código penal Militar*. 6 ed. Curitiba: Juruá, 2007.
- SARAIVA, Alexandre. *Código Penal Militar comentado artigo por artigo*. Parte Geral. São Paulo: Método, 2009.
- NETO, José da Silva Loureiro. *Processo Penal Militar*. São Paulo: Atlas, 2010.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Carga Horária: 50 horas

EMENTA: Estudo da consolidação da Educação Física no mundo moderno e sua relevância na obtenção de saúde e qualidade de vida. A sua contribuição como um dos componentes principais na estrutura curricular para o desenvolvimento de atitudes saudáveis necessárias a formação e capacitação dos profissionais de segurança pública e defesa civil; Valorização, através de sua práxis pedagógica, do processo de ensino-aprendizagem dos benefícios decorrentes da prática cotidiana de exercícios e atividades físicas para a prevenção, manutenção e melhoria do nível de condicionamento físico e suas implicações no desenvolvimento permanente na atuação e no desempenho do profissional de segurança pública e defesa civil e na sua qualidade de vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Saúde, Qualidade de Vida, aptidão física e Exercícios Físicos voltados para a atividade de Segurança Pública.**
 - 1.1. Conceito de Saúde, Qualidade de Vida e aptidão física.
 - 1.2. Diferença entre atividade física e exercícios físicos.
 - 1.3. Benefícios do exercício físico para a saúde.
 - 1.4. Doenças crônico-degenerativas e saúde pública.
 - 1.5. Aptidão Física e a atividade de Segurança Pública.
- 2. Noções de Fisiologia do Exercício**
 - 2.1. Adaptação muscular como princípio fisiológico ao treinamento.
 - 2.2. Conceito de estresse. Benefícios e malefícios a saúde
 - 2.3. O exercício físico e suas adaptações como agente estressor.
 - 2.4. Variáveis fisiológicas e estado homeostático decorrentes do exercício físico.
 - 2.4.1. Frequência Cardíaca
 - 2.4.2. Frequência Cardíaca Máxima, de Repouso e de Reserva
 - 2.4.3. Zona Alvo de Treinamento
 - 2.4.4. Consumo Máximo de Oxigênio (VO_{2max})
- 3. Noções de Anatomia e cinesiologia do Sistema Locomotor.**
 - 3.1. Anatomia e cinesiologia Muscular
 - 3.1.1. Estrutura e fisiologia Muscular.
 - 3.1.2. Tipos e Classificação.
 - 3.1.3. Distribuição e Nomenclatura.
 - 3.1.4. Inserção e Tipos de Movimento.
 - 3.1.5. Classificação Funcional.
 - 3.1.6. Fibras Musculares: Tipos e Contração.
 - 3.2. Anatomia do ossos (Osteologia)
 - 3.2.1. Definição.
 - 3.2.2. Funções e quantidade.
 - 3.2.3. Divisão e Classificação.
 - 3.2.4. Acidentes Ósseos.
 - 3.3. Anatomia das Articulações
 - 3.3.1. Definição
 - 3.3.2. Classificação
- 4. Noções de Nutrição Desportiva e Vias Metabólicas**
 - 4.1. Sistemas de Produção Energética.
 - 4.1.1. Sistema ATP-PC
 - 4.1.2. Sistema Glicolítico (LÁTICO)
 - 4.1.3. Sistema Oxidativo (Aeróbio)
 - 4.1.4. Consumo de energia durante o repouso e taxa metabólica basal
 - 4.1.5. Fatores que afetam o consumo de energia
 - 4.1.6. Gasto energético durante o esforço físico

4.2. Substratos Energéticos.

- 4.2.1. Carboidratos
- 4.2.2. Gorduras
- 4.2.3. Proteínas

5. Capacidades Físicas

- 5.1. Definição e desenvolvimento das capacidades físicas
- 5.2. Capacidades Físicas primárias
 - 5.2.1. Velocidade
 - 5.2.2. Força
 - 5.2.3. Resistência
 - 5.2.4. Flexibilidade
 - 5.2.5. Agilidade
- 5.3. Capacidades Físicas Centrais
 - 5.3.1. Coordenação Motora
 - 5.3.2. Ritmo
 - 5.3.3. Descontração
 - 5.3.4. Equilíbrio

6. Avaliação Física

- 6.1. Anamnese
- 6.2. *Avaliação de Força Muscular*
- 6.3. *Avaliação de Resistência Muscular Localizada*
- 6.4. *Avaliação de Flexibilidade*
- 6.5. *Avaliação Postural*
- 6.6. *Composição Corporal*
- 6.7. *Avaliação Cardiorrespiratória*

7. Treinamento Desportivo

- 7.1. Definição, histórico e objetivos
- 7.2. Princípios do Treinamento Desportivo
- 7.3. Planejamento e periodização
- 7.4. *Metodologia do Treinamento Desportivo*
- 7.5. *Prescrição do treinamento Desportivo*
- 7.6. *Estratégias tradicionais e atuais da preparação do condicionamento físico*

8. Jogos, Esportes, Recreação e Lazer

- 8.1. Jogos Esportivos e Recreativos
- 8.2. Organização de Eventos
- 8.3. Técnicas e táticas do desporto
- 8.4. Modalidades Desportivas e noções das regras Desportivas.
- 8.5. Preparo psicológico e sociabilização do desporto

REFERÊNCIAS:

- ALLSEN, P. E; HARRINSON, J. M; BARBARA, V. Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada. 6º.ed. São Paulo: Manole, 1999;
- ALTER, M. J. Ciência da flexibilidade. 2º.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999;
- BARBANTI, V. Treinamento Físico – Bases científicas. 3º ED. SÃO PAULO: CRL BALIEIRO, 1996;
- BROWN, R. L. Corrida como condicionamento físico. 2º ED. SÃO PAULO: ROCA, 2005;
- BACURAU, R. F. Nutrição e suplementação esportiva. Phorte Editora, SP, 2000;
- DANTAS, E.H.M. A Prática da preparação física. 3º ED. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 1995;
- DIRETRIZES DO ACSM PARA OS TESTES DE ESFORÇO E SUA PRESCRIÇÃO-8º ED. RIO DE JANEIRO, GUANABARA KOOGAN. 2010;
- FLECK, STEVEN J. & KRAEMER, WILLIAM J. Fundamentos do Treinamento de Força Muscular. 3ª Ed.: Artmed, 2006;
- GOMES, A. C. Treinamento desportivo: meios e métodos de treinamento. 1ª. Edição, Londrina, Treinamento desportivo, 1999;
- GHORAYEB, N. Ninguém morre de véspera. SÃO PAULO, PHORTE, 2007;
- GUEDES, D. P. Manual Prático para Avaliação em Educação Física. 1ª Edição, São Paulo, Editora Manole, 2006.
- HESPANHA, R. Medida e avaliação para o esporte e a saúde. RIO DE JANEIRO: RUBIO, 2004;
- HEYWARD, V. H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício. 4ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed;
- KRAEMER, WILLIAM J. & FLECK, STEVEN J. Otimizando o Treinamento de Força. 1ª Ed.: Manole, 2009;
- MANUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (C20-20) EXÉRCITO BRASILEIRO;
- MARCELLINO, N. C. LAZER E RECREAÇÃO: Repertório de atividades por fases de vida. CAMPINAS: PAPIRUS, 2006;
- MOLINARI, Bruno. Avaliação médica e física para atletas e praticantes de atividades físicas. São Paulo, Roca, 2000;
- MONTEIRO, G. A. e EVANGELISTA, A. L. Treinamento Funcional. Uma abordagem prática. Phorte Editora, SP, 2010;
- NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 3ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007;
- NIEMAN, D.C. EXERCÍCIO E SAÚDE. 1ª ED. SÃO PAULO: MANOLE, 1999;
- PITANGA, F.J.G. Epidemiologia da atividade física, exercício físico e saúde. SÃO PAULO: PHORTE, 2º ED.;
- POLLOCK, M. L. e WILMORE, J. H. Exercícios na Saúde e na Doença. Avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. 2ª edição Ed. Medsi, 1993.
- PORT.02/2004 DO TAF DO CBMPE;

POWERS, S. K. e HOWLEY, E.T. FISILOGIA DO EXERCÍCIO. Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho. 5ª Edição, Ed. Manole, 2005;

ROSA, A. F. DE LA. Treinamento Desportivo. Carga, Estrutura e Planejamento. 1ª ED, SÃO PAULO: PHORTE, 2001.

SIMÃO, R. Treinamento de Força. Saúde e qualidade de vida, Phorte Editora, SP, 2004;

SOTTOVIA, C. B. Metabolismo Energético. Mitos e Verdades. Phorte Editora, SP. 2003

VERKHOSHANSKI. Y. V. Treinamento Desportivo: teoria e metodologia. 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed, 2000;

MÓDULO II (Formação Especializada)

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR I – APH-I

Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Assistência Pré-Hospitalar e transporte adequando às vítimas de agravos à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, inclusive as psiquiátricas e assistência a parturiente) para profissionais Bombeiros Militares, objetivando o estudo e aplicação de conhecimentos fundamentais à avaliação do cenário para promoção de segurança, identificação de sinais e sintomas que possibilitem a distinção entre lesões que causem risco imediato à vida e aquelas que podem repercutir em seqüelas se não forem devidamente tratados. Aplicação do tratamento adequado a cada agravo, conforme a avaliação, e transporte ao centro de referência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. INTRODUÇÃO

Apresentação do programa, atividade de integração pré e pós-teste.

2. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE RELACIONADO AO APH

- a. Apresentação da rede hierarquizada dos serviços de saúde;
- b. Histórico do serviço pré-hospitalar móvel;
- c. Perfil profissional do bombeiro militar para atuar em APH;
- d. Apresentação do serviço de Atendimento Pré-Hospitalar;
- e. Apresentação do serviço de atendimento pré-hospitalar (APH) móvel de Pernambuco;
- f. Conceitos de ética médica aplicados ao pré-hospitalar;
- g. Apresentação da portaria gm/ms nº2048, de 05 de novembro de 2002, regulamento técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência;
- h. Central de regulação;

3. ROTINAS OPERACIONAIS

- a. Rendição do serviço operacional;
- b. Conferência dos materiais e desinfecção de rotina da ar;
- c. Controle de macas e pranchas;
- d. Preenchimento do “quesito” de ocorrência;
- e. Abastecimento de combustível;
- f. Veículos, materiais e equipamentos utilizados na atividade pré-hospitalar;

4. ANATOMIA E FISIOLOGIA

- a. Anatomia topográfica;
- b. Aparelhos e sistemas: anatomia e fisiologia dos aparelhos e sistemas do corpo humano: em especial esquelético, cardíaco, respiratório;
- c. Visita ao anfiteatro de anatomia;

5. CINEMÁTICA DO TRAUMA

- a. Exame da cena e mecanismos de lesões;

6. SINAIS VITAIS

- a. Realizar avaliação dos sinais vitais: pressão arterial, frequência respiratória, frequência cardíaca, pulso, temperatura e outros.

7. BIOSSEGURANÇA

- a. Conhecer principais doenças transmissíveis;
- b. Conhecer normas de biossegurança, materiais e métodos de controle de infecções.

8. AVALIAÇÃO PRIMÁRIA

- a. Realizar abordagem adotando medidas pertinentes a segurança;
- b. Identificar lesões que comprometam a vida nos instantes imediatamente após o acidente;

9. DESOBSTRUÇÃO DAS VIAS AÉREAS

- a. Reconhecer a obstrução das vias aéreas;
- b. Realizar desobstrução das vias aéreas superiores;
- c. Manobras de desobstrução (manobra de heimlich – adulto e criança – golpes no dorso e compressão torácica externa – bebê)

10. REANIMAÇÃO CARDIOPULMONAR

- a. Identificar a parada respiratória e/ou cardiorrespiratória;
- b. Técnicas de reanimação cardiopulmonar em adulto, crianças e bebês;
- c. Materiais e equipamentos utilizados na parada cardiorrespiratória;
- d. Materiais e equipamentos utilizados na oxigenoterapia;
- e. Realizar reanimação cardiopulmonar;

11. INTERVENÇÕES EM CRISES E ATENDIMENTO A PACIENTES ESPECIAIS

- a. Reconhecimento e intervenção em situações de crise;
- b. Conhecer as peculiaridades e prestar atendimento inicial a pacientes especiais em crise;

12. EMERGÊNCIAS CLÍNICAS

- a. Reconhecer sinais e sintomas de infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral, alteração do metabolismo da glicose, síncope, intermação, insolação, conhecer as peculiaridades e prestar atendimento inicial;

13. INTOXICAÇÃO EXÓGENA

- a. Reconhecer sinais e sintomas de intoxicação exógena, conhecer as peculiaridades e prestar atendimento inicial;

14. ACIDENTES COM PRODUTOS RADIOATIVOS

- a. Condutas em acidentes envolvendo produtos radioativos;

15. AGRAVOS POR ELETRICIDADE E QUEIMADURAS

- a. Conhecer as peculiaridades e saber prestar atendimento a pessoas vitimadas por eletricidade e queimaduras;

16. TRANSPORTE AEROMÉDICO

- a. Noções básicas de medicina de aviação e transporte aeromédico;

17. VERIFICAÇÃO DA APREDIZAGEM

- a. Verificação Teórica
- b. Verificação Prática

REFERÊNCIAS:

Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado / NAEMT (National Association of Emergency Medical Technicians), [tradução de Diego Alfaro e Hermínio de Mattos Filho], - Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde, Política Nacional de Atenção às Urgências, 3. Ed. Ampliada, Série E. Legislação de Saúde, Brasília-DF, Editora MS, 2006.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. (2007). *Manual de atendimento pré-hospitalar*. Brasília, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

PHTLS – *Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado Básico e Avançado*- 5. ed. Elsevier Editora 2004.

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR II – APH-II

Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Assistência Pré-Hospitalar e transporte adequando às vítimas de agravos à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, inclusive as psiquiátricas e assistência a parturiente) para profissionais Bombeiros Militares, objetivando o estudo e aplicação de conhecimentos fundamentais à avaliação do cenário para promoção de segurança, identificação de sinais e sintomas que possibilitem a distinção entre lesões que causem risco imediato à vida e aquelas que podem repercutir em seqüelas se não forem devidamente tratados. Aplicação do tratamento adequado a cada agravo, conforme a avaliação, e transporte ao centro de referência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. AVALIAÇÃO SECUNDÁRIA

- a. - Realizar a avaliação secundária;
- b. - Saber utilizar a escala de coma de glasgow;
- c. - Quantificar sinais vitais;
- d. - Realizar exame céfalo-caudal;

2. FERIMENTOS, HEMORRAGIAS E ESTADO DE CHOQUE

- a. - Reconhecer os diversos tipos de ferimentos, hemorragias e estados de choque;
- b. - Realizar os curativos adequados ao controle da hemorragia;
- c. - Reconhecer e saber prevenir o choque hemorrágico;

3. TRAUMAS ESPECÍFICOS

- a. - Reconhecer os traumatismos cranioencefálico, trauma raquimedula, trauma de tórax, trauma de abdome, trauma de pelve e trauma de extremidades;

4. TRAUMA MÚSCULO ESQUELÉTICO

- a. - Reconhecer os diversos traumas músculo-esquelético, identificando seus sinais e sintomas;
- b. - Realizar imobilização de extremidades lesadas com equipamentos adequados;
- c. - Materiais e equipamentos utilizados para imobilizações de extremidades;

5. TRAUMA EM CRIANÇAS

- a. - Conhecer as peculiaridades e saber prestar atendimento a crianças vitimadas por traumatismos;

6. TRAUMA EM GESTANTES

- a. - Conhecer as peculiaridades e saber prestar atendimento a gestantes vitimadas por traumatismos;

7. REMOÇÃO E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS

- a. - Técnicas de remoção de vítimas: rolamento, elevações, retirada de veículos, transporte com ou sem a utilização de materiais e equipamentos, remoção e transporte;
- b. - Materiais e equipamentos utilizados para a remoção de vítimas de acidentes;
- c. - Remoção de vítimas de local de difícil acesso;

8. EXTRICAÇÃO – RETIRADA DE VEÍCULOS E AMBIENTES CONFINADOS

- a. - Utilização de desencarceradores, almofadas pneumáticas e equipamentos de extricação;

9. ASSISTENCIA AO PARTO E AO RECÉM NASCIDO

- a. - Prestar assistência ao trabalho de parto; período expulsivo;
- b. - Prestar assistência ao recém-nascido;

10. ACIDENTES COM MULTIPLAS VÍTIMAS E CATÁSTROFE

- a. - Conceito;
- b. - Princípios de controle de cena;
- c. - Triagem, tratamento e transporte (start);

11. ACIDENTES COM PRODUTOS PERIGOSOS

- a. - Conceitos;
- b. - Legislações;
- c. - Princípios de atendimento;

12. VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- a. - Verificação Teórica
- b. - Verificação Prática

REFERÊNCIAS:

Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado / NAEMT (National Association of Emergency Medical Technicians), [tradução de Diego Alfaro e Hermínio de Mattos Filho], - Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde, Política Nacional de Atenção às Urgências, 3. Ed. Ampliada, Série E. Legislação de Saúde, Brasília-DF, Editora MS, 2006.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. (2007). Manual de atendimento pré-hospitalar. Brasília, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
PHTLS – Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado Básico e Avançado- 5. ed. Elsevier Editora 2004.

HISTÓRIA DO CBMPE - HCBMPE

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Ampliação de conhecimentos para: Sensibilização para o entendimento sobre as visões a cerca do surgimento do serviço de extinção de incêndios em Pernambuco. Compreensão dos aspectos políticos e econômicos do Estado, no período de implantação do serviço de extinção de incêndios. Explicação dos principais fatos históricos onde o Corpo de Bombeiros teve participação ativa. Distinção do processo de evolução do Corpo de Bombeiros, dentro do contexto político/econômico e seus benefícios para a população do Estado. Reconhecimento das causas da emancipação do Corpo de Bombeiros. Os prós e contras. Fortalecimento da atitude comparativa e crítica sobre o Corpo de Bombeiros pré e pós emancipação. Internalização de atitudes, valores e do sentimento de orgulho nos novos Bombeiros Militares, baseado na relação passado presente da Corporação. Conscientização dos novos Bombeiros Militares da sua importância como agente responsável pela manutenção da ordem pública, nas ações de defesa civil, como cidadão formador de opinião e como exemplo para a sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. As origens do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco:

- *O período holandês*
- *A visão oficial*
- *Aspectos operacionais da época*

2. Participação do Corpo de Bombeiros em fatos históricos:

- *Revolução de 1930*
- *Revolução de 1964*

3. A evolução do Corpo de Bombeiros:

- *O avanço tecnológico da atividade do Corpo de Bombeiros em benefício da população do Estado.*

4. A emancipação do Corpo de Bombeiros:

- *Emenda Constitucional nº 4, de 22/07/1994*

- Legislações conseqüentes que respaldaram o processo de consolidação

5. O Corpo de Bombeiros atual:

- Aspectos operacionais e administrativos do Corpo de Bombeiros de 1922 à 1994
- O Corpo de Bombeiros pós emancipação

REFERÊNCIAS:

- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *Guerreiros da Paz. G. Desing Gráfica e Editora*, 2007;
- MONTEIRO, Francisco Roberto Pedrosa. *História da PMPE*. Editora M. Inojosa, 1986;
- MOURA, Jorge Luiz e CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *Epopéia de Bravos Guerreiros*. Editora Recife Gráfica S/A, 1996;

SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA AO TRABALHO - SSAT

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Explicações sobre conceito e importância da saúde, qualidade de vida e segurança do trabalho na aplicabilidade nas atividades dos profissionais de defesa social. Higiene, nutrição e atividade física. Definições de atos e condições inseguras, doenças e acidentes do trabalho; orientações acerca das normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do trabalho (NR-6:EPI e EPC,NR-5:CIPA,NR-4:SESMT,NR-15:INSALUBRIDADE,NR-16:PERICULOSIDADE,NR-17:ERGONOMIA) para a condução do profissional no pleno exercício de segurança pública e desenvolvimento de uma consciência e cultura de prevenção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Saúde e qualidade de vida

- 1.1. Conceitos de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS).
- 1.2. Conceito e importância da qualidade de vida, descrevendo seus aspectos fisiológico, psicológico e social;
- 1.4. Relação entre saúde, qualidade de vida e o desempenho das atividades profissionais;
- 1.5. Higiene individual e coletiva e medidas de higiene que podem ser adotadas pelos profissionais e pela instituição;
- 1.6. Problemas com doenças sexualmente transmissíveis, álcool e outras drogas, suas formas de tratamentos e prevenção;
- 1.7. Implicações do regime de trabalho noturno e em turnos sobre a saúde do trabalhador; e
- 1.8. Nutrição e atividade física.

2. Segurança de trabalho do profissional de segurança pública e defesa civil

- 2.1 Definições de segurança e medicina do trabalho;
- 2.2. Definições de acidente do trabalho e de doenças profissionais;
- 2.3. Aspectos negativos dos acidentes do trabalho e suas influências nas áreas humana, social e econômica;
- 2.4. Causas dos acidentes do trabalho: Atos inseguros e condições inseguras; e
- 2.5. Definições e classificações dos riscos: Físicos, químicos, biológicos ergonômicos e de acidentes.

3. Serviços e principais normas ligadas à segurança do trabalho

- 3.1. Definições de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR5) e Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (NR4);
- 3.2. Projeto de qualidade de vida dos profissionais de segurança pública (Instrução Normativa nº 01, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 12 de março de 2010);
- 3.3. Equipamentos de proteção individuais e coletivos (NR6): Conceitos, importância do uso e responsabilidades envolvidas; e
- 3.4. Atividades e operações insalubres e perigosas (NR15 e NR16).

REFERÊNCIAS:

- BARBOSA Filho. *Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2001.
- Ciência & Saúde Coletiva, Abrasco, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000.
- CODO, W. et al. Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Consolidação das Leis Trabalhistas. Governo Federal. São Paulo: Saraiva, 1997.
- DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
- _____; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.
- Instrução Normativa nº 01, de 26FEV2010, publicada no DOU de 12MAR10. Ministério da Justiça.
- MENDES, R. (Org.) Patologia do trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.
- MINISTÉRIO da Aeronáutica. Apostila de “Noções Básicas Sobre Segurança no Trabalho. Estágio de Adaptação de Bombeiros para Aeródromos. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994.

- Normas Regulamentadoras 4, 5, 6, 9, 15, 16 e 17. Secretaria de Saúde e Segurança do Ministério do Trabalho e Emprego, Governo Federal.

ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS - AEPP

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Capacitação do profissional de segurança no nível de primeira resposta (nível 1 – Nível de reconhecimento) nos acidentes e emergências com produtos perigosos. Com atuação na identificação à distância dos sinais de vazamento, reconhecimento, no diagnóstico e na tomada de medidas diante dos riscos, conseqüências potenciais, acionamento do plano de emergência e medidas básicas de segurança em emergências químicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Identificar e reconhecer os riscos dos produtos perigosos:**
 - a. Tipos de agentes perigosos,
 - b. Toxicologia dos agentes perigosos;
 - c. Propriedades das substâncias químicas;
 - d. Formas de exposição;
- 2. Reconhecer as conseqüências potenciais de uma emergência química:**
 - a. Acidente com produtos perigosos e incidentes com produtos perigosos;
 - b. Características comuns;
 - c. Princípios e definições;
- 3. Diagnosticar a situação e entender o plano de emergência:**
 - a. Órgãos de apoio;
 - b. Arranjos locais de resposta às emergências:
 - i. PAM's;
 - ii. PET's;
 - iii. RINEM's.
- 4. Compreender as informações contidas nas fichas dos produtos (Manual da ABIQUIM);**
 - a. Classificação dos produtos perigosos;
 - b. Símbolos e códigos;
 - c. Documentos da carga;
 - d. Manuseio do Manual da ABIQUIM e outras ferramentas.
- 5. Procedimentos básicos em caso de emergência com produtos perigosos:**
 - a. Procedimentos iniciais;
 - b. Informações básicas solicitadas;
 - c. Ações básicas da primeira equipe a chegar ao local da cena;
 - d. Zonas de trabalho;

- e. Equipamentos de proteção pessoal;

REFERÊNCIAS:

ABIQUIM, Manual Para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos, São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos, 2ª ed., CVC, Rio de Janeiro, 2005

BRASIL. DECRETO Nº 5.098, DE 3 DE JUNHO DE 2004. Dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2, e dá outras providências.

BRASIL, DECRETO Nº 96.044, DE 18 DE MAIO DE 1988. Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências

BRASIL. Departamento Nacional De Infra-Estrutura De Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual para implementação de planos de ação de emergência para atendimento a sinistros envolvendo o transporte rodoviário de produtos perigosos. – Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Manual De Desastres Humanos: Desastres Humanos De Natureza Tecnológica – v. 2. – I parte / Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. – Brasília-DF: MI 2003.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 420, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2004. Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 701, DE 25 DE AGOSTO DE 2004. Altera a Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e seu anexo.

PMESP, MAEPP - Manual de Atendimento Às Emergências Com Produtos Perigosos - Coletânea de Manuais Técnicos De Bombeiros, vol. 21, 1ª ed. 2006.

Portarias e diretrizes utilizadas na operativa referente a Produtos Perigosos.

PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO - PCI

Carga horária: 20 horas

EMENTA: Fundamentação do sistema preventivo de combate a incêndio. Descrição e explicação da legislação e dos conceitos básicos, bem como dos objetivos da prevenção contra incêndio. Conhecimento do sistema portátil e sua localização, validade, condições gerais e sinalização. Conhecimento dos sistemas fixos e automáticos de prevenção contra incêndio e seus objetivos. Correlação dos resultados observados em

equipamentos de combate a incêndio em edificação conforme as normas vigentes. Descrição do sistema e dispositivos para evacuação de edificações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 - FUNDAMENTAÇÃO DA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

- 1.1 Legislação;
- 1.2 Objetivos da Prevenção contra Incêndio;
- 1.3 Tipos e classes de combustíveis;
- 1.4 Centro de Atividades Técnicas do CBMPE;

2 – VISTORIA

- 2.1. Tipos de vistorias:
 - Prévia;
 - Regularização;
 - Fiscalização;
- 2.2. Classificação das ocupações;
 - Documentos necessários para regularização do imóvel;
 - Multa: formulários, preenchimento, especificações, valores;
 - Interdição: formulários, especificações;
 - Classificação das ocupações;

3 – SISTEMA PORTÁTIL

- 3.1. Extintores:
 - Localização;
 - Validade;
 - Condições gerais;
 - Teste Hidrostático;
 - Altura;
 - Sinalização;
 - Agente Extintor;
 - Capacidade Extintora;
 - Distância a ser percorrida;
 - Unidade Extintora;
 - Dimensionamento;

4 – SISTEMA FIXO E AUTOMÁTICO

- 4.1 Hidrante:
 - Objetivo;
 - Instalação;
 - Dimensionamento;
 - Hidrante de Recalque;
 - Mangueiras;
 - Reservatórios;
 - Canalização;
 - Mangueiras;

4.2. DETECÇÃO E ALARME:

Objetivo;
Localização;
Acesso;
Funcionamento;

4.3 ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA:

Objetivo;
Localização;
Acesso;
Alimentação;
Funcionamento;

4.4 SPRINKLERS:

Válvula de Fluxo;
Bomba;
Interligação com o sistema de alarme;

6 – CENTRAL DE GLP

5.1 Localização;
5.2 Dimensões;
5.3 Distâncias regulamentares;
5.4 Sinalização;
5.5 Utilização;

6 – VISITAS TÉCNICAS

6.1 Condomínio: Comercial;
Indústrial;
Shopping;

7 – VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

REFERÊNCIAS:

Brentano, Telmo. A Proteção Contra Incêndios no Projeto de Edificações. 1ª Ed. – Porto Alegre, 2007
Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico Para o Estado de Pernambuco. Lei 11.186 de 22DEZ94
Gomes, Ary Gonçalves. Sistemas de Prevenção Contra Incêndio – Rio de Janeiro: Interciência, 1998
INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 02/2004, Corpo de Bombeiros de São Paulo; Conceitos básicos de proteção contra incêndio e pânico, disponível em, http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=29
Normas Técnicas do CBMPE.

Carga horária: 80 horas

EMENTA: Contextualização dos assuntos essenciais ao entendimento da dinâmica do fogo e ao uso adequado de equipamentos e viaturas no seu combate; Estudo e Caracterização do conhecimento sobre as técnicas utilizadas na atividade de combate ao fogo. Desenvolvimento de habilidades necessárias a execução das atividades de forma efetiva e com redução de riscos a vida. Desenvolvimento da consciência através do estabelecimento de relações de proteção ao patrimônio e a preservação do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. GENERALIDADES SOBRE O FOGO

- a. - A evolução dos serviços de proteção contra incêndios;
- b. - Entendendo a dinâmica do fogo;
- c. - Limites de inflamabilidade;
- d. - Processos de Transferência do calor;
- e. - O desenvolvimento do fogo (fases do incêndio);
- f. - Fenômenos do fogo;
- g. - Causas de incêndios;
- h. - Agentes extintores;

2. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

- a. - Identificação dos EPI's utilizados no combate a incêndio;
- b. - Cálculos de autonomia de aparelhos de respiração autônomos;

3. VIATURAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO

- a. - Materiais de abastecimento;
- b. - Material de estabelecimento;
- c. - material de apoio;
- d. - Viaturas de combate a incêndio;

4. EXTINTORES DE INCÊNDIO

- a. - Utilização dos Equipamentos portáteis para combate a incêndio;

5. MODALIDADES DE OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO

- a. - Ocorrências urbanas;
- b. - Ocorrências especiais;

- c. - Ocorrências em ambiente rural;

6. TÉCNICAS DE ARMAÇÃO DE LINHAS NOS PLANOS HORIZONTAL E VERTICAL

- a. - Armações de linha direta;
- b. - Armações de linhas de espuma;
- c. - Armações de linhas utilizando escada;
- d. - Armações de linhas no plano horizontal;
- e. - Armações de linhas no plano vertical;

7. TÉCNICAS DE ATAQUE E VENTILAÇÃO

- a. - Tipos de ataque;
- b. - Tipos de ventilação;

8. VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- a. - Verificação Teórica
- b. - Verificação Prática

REFERÊNCIAS:

Corpo de Bombeiros da PMESP. **Manual de Fundamentos do Corpo de Bombeiros**, Volumes 1, 5, 6, 8, 9, 12 e 14. São Paulo: Scriptum: 1996

GRIMWOOD, Paul. **Flashover & Nozzle Techniques**. Inglaterra. 2000.

GRIMWOOD, Paul. **Fog Attack**. FMJ - International Publications Ltd., 1992.

GRIMWOOD, Paul e DESMET, Koen. **Tactical Firefighting**. 2003.

IFSTA. **Essentials of fire fighting**, 4ed. Oklahoma State University, 1999.

1. **Rita C. R. Figueredo, Fabiana A. L. Ribeiro e Edvaldo Sabadini**. Instituto de Química - Universidade Estadual de Campinas - CP 6154 - 13081-970 - Campinas – SP;
2. **OLIVEIRA, marcos de**. Estudo sobre incêndio de progresso rápido. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do Grau de Especialista em Planejamento e Gestão em Defesa Civil. FLORIANÓPOLIS– SC – NOVEMBRO – 2005.
3. Procedimento operacional padrão do Corpo de bombeiros militar de Pernambuco. Recife-PE. 2002.

SALVAMENTO EM ALTURA - SAIt

Carga Horária: 80 horas

EMENTA: Identificação dos equipamentos utilizados no Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) para realização de operações de salvamento em alturas e conhecimento de suas características e emprego na atividade de resgate com cordas. Conceituação e contextualização da disciplina Técnicas de Salvamento em Alturas e a sua aplicabilidade ao trabalho de bombeiro militar a partir dos princípios fundamentais da

simplicidade, eficiência e aplicabilidade, tendo como referencial o absoluto respeito às normas de segurança, limitações dos equipamentos e materiais, bem como a competência profissional. Estudo e caracterização do efetivo conhecimento acerca das táticas e procedimentos padrão empregados na realização de operações de salvamento em alturas com o emprego de cordas e técnicas de transposição em locais elevados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. -Princípios elementares de segurança em uma operação de salvamento em alturas;
- b. -Equipamentos de proteção individual empregados na operação de salvamento em alturas;
- c. -Principais nós, voltas e amarrações empregados na atividade de salvamento em alturas;
- d. -Sistema de ancoragem de segurança para realização de operações de salvamento em alturas;
- e. -Descida em corda, com o segurança, adotando a técnica de transposição simples;
- f.-Técnicas de transposição com cordas para evacuação de vítima consciente e inconsciente com comandamento de cima e de baixo.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Francisco B. de. Apostilas Didáticas. CBMDF - Centro de Treinamento Operacional, Brasília-DF.

ARAÚJO, Francisco B. de. Manual de instruções técnico profissional para bombeiros. Brasília-DF;

ARAÚJO, Francisco Bento de. Manual Profissional dos Entrelaçamentos. Brasília-DF;

DELGADO, Delfin. Rescate Urbano en Altura. 4.ª ed. Madri. Desnível, 2009;

GÓES, Paulo Roberto Feregueti at alii. Estudo, Desenvolvimento e Padronização Técnico Profissional. Brasília: CTO;

MURCIA, Máximo. Prevencion Seguridad y Autorescate. 1.ª ed. Madrid. Ediciones Desnivel 1996.

SALVAMENTO AQUÁTICO - SAq

Carga Horária: 80 horas

EMENTA: Disciplina um conjunto de técnicas e procedimentos padrão utilizados em ações para a prevenção de afogamento, no salvamento aquático simples, sem nadadeiras, no resgate de vítima a 50 (cinquenta) metros, em mar de arrebentação com ondas de altura máxima de 01 (um) metro. Desenvolvimento de habilidades e aptidão física para a execução de resgate e reanimação Cárdio Pulmonar, bem como, salvamento aquático com nadadeiras e equipamentos de flutuação e/ou tração mesmo em situações de pressão extrema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. Salvamento Aquático (definição, tipos e fases);
- b. Afogamento (Definições, estatísticas, fases, classificação e tratamento);
- c. Hidrogeomorfologia de praias marítima (Ondas, correntes, marés, ventos, acidentes geográficos, aspectos físicos das águas- temperatura, visibilidade, salinidade etc.-, perfil de praia, granulometria, tipo de fundo etc.).
- d. Corrente da vida em meio aquático (Prevenção- Chamar -Suporte Básico de Vida na água - Suporte Básico de Vida em Terra- Suporte Avançado de Vida – Suporte Hospitalar);
- e. Ataques por seres marinhos e acidentes com caravelas;
- f. Prática de Natação utilitária (correção de nado estilos crawl e peito; flutuação de sobrevivência; nado superfície-submerso; apnéia estática, dinâmica e estática/dinâmica; desenvolvimento de nados estilos aproximação e reboque
- g. Prática de tipos de Salvamento Aquático Simples e com equipamentos;
- h. Técnicas utilizadas no desvencilhamento de vítimas de afogamento;
- i. Prática de Reanimação Cárdio Pulmonar para afogados em manequim.

REFERÊNCIAS:

CABRAL, Fernando; CRISTIANI, Sanderson do R.; SOUZA, Wagner Alves de. Natação – 1000 exercícios. Rio de Janeiro. SPRINT, 1995.

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo. Manual de Salvamento Aquático.

Currículo do Curso de Guarda-Vidas Bombeiros Militares do Paraná.

FONSECA, Luciano Alves da Fonseca. Apostila de Salvamento Aquático. Centro de Ensino e Instrução do CBMPE. 2002.

QUEIROZ, Cláudia Alexandre. Recreação Aquática. Rio de Janeiro. SPRINT, 1998.

SZPILMAN, David. Manual da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. Rio de Janeiro:SOBRASA.1998.

www.sobrasa.org

<http://www.ilsf.org/index.php?q=en/education/national-programmes> (Federação internacional de Salvamento Aquático- Programa de educação em Salvamento Aquático de diversos países)

http://www.usla.org/Train+Cert/ARRT_Booklet.pdf (Protocolos e treinamento de equipes de Guarda-Vidas da Associação Norte- Americana de Salvamento Aquático).

SALVAMENTO TERRESTRE - ST

Carga Horária: 80 horas

EMENTA: Execução de atividades relacionadas ao trabalho de busca e salvamento terrestre, em conformidade com o protocolo operacional padrão, habilitando o bombeiro militar a execução de atividades de nós, amarrações e sistemas, domínio das ferramentas, equipamentos e acessórios (FEA), com o desenvolvimento de ações de elevação, afastamento, remoção, corte, escoramentos de estruturas e cargas para o estabelecimento de acesso e resgate de vítimas em locais sinistrados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. Nós, voltas, amarrações
- b. Sistemas de multiplicação de força
- c. Ferramentas, equipamentos e acessórios
- d. Operações em espaços confinados
- e. Operações em águas internas e aéreas inundadas
- f. Operações de salvamento em incêndio
- g. Operações de salvamento viário
- h. Operações de captura e resgate de animais
- i. Noções básicas de busca e resgate em estruturas colapsadas
- j. Noções básicas de busca e resgate em valas
- k. Noções básicas de busca e resgate em escorregamentos de encostas
- l. Noções básicas de busca e resgate em matas
- m. Noções básicas de intervenção em emergências com produtos perigosos

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Norma Regulamentadora. NR nº33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS, Brasília:Ministério do Trabalho. 2006.

BRASIL. Norma Regulamentadora. NR nº18 – Locais Confinados. In: BRASIL. NR nº18 Norma Regulamentadora das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção– Brasília:Ministério do Trabalho. 1978.

BRASIL. Portaria. Portaria nº3214 de 08.06.78. Brasília: Ministério do Trabalho. 1978.

Busqueda, salvamento y desescombros en estructuras colapsadas BUSF – Curso Ibero-americano – Apostila – Nicaragua – 2005.

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações – Ministério do Trabalho

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Salvamento Terrestre. 2.ed. São Paulo: 2006 (Coletânea de manuais técnicos de Bombeiros, vol. 3.);

Field Operations Guide FEMA National Urban Search and Rescue System –USA – 2003

ILO. International Labour Organization. Encyclopaedia of Occupational Health and Safety. Geneva: ILO. 1971/72.

Landslides, United States Search and Rescue Task Force;

Manual C-21-26 – Leitura de Cartas Topográficas e Fotografia Aérea do Exército Brasileiro

NBR nº 14787/2001 – Espaço Confinado – Prevenção de Acidentes, Procedimentos e Medidas de Proteção;

NFPA 1670 – Standard on Operations and Training
for Technical Search and Rescue Incidents, 2004.

OLIVEIRA, Elísio Lázaro de. **Salvamento e desencarceramento**. v.20. 2005. (Coleção Manual de Formação Inicial de Bombeiros. Escola Nacional de Bombeiros de Portugal.

Structural Collapse Technician – Administration & Introduction – National US&R
Response System – FEMA.

Trench Rescue – Awareness, Operations, Technician Cecil V. “Buddy” Martinette, Jr. Segunda Edição. Editora Jones and Bartlett, 2008.

U.S. Department of Labor Occupational Safety & Health Administration. Regulations (Standards –29 CFR)
Permit-required confined spaces–1910. 146. Washington: OSHA. 2005.

SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES - SCI

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: O Sistema de Comando de Incidentes consiste em um protocolo de atuação em emergências das mais diversas naturezas. Trata-se de uma ferramenta de gerenciamento, que promove a estabilização e o controle do incidente, a proteção às vidas em perigo e a salvaguarda e mitigação dos efeitos destes incidentes na propriedade e no meio ambiente. Compreendendo diversas etapas que vão desde a análise da situação, passando pelo planejamento até a execução das ações estabelecidas, o aprendizado dessa disciplina proporciona ao profissional a inserção apropriada numa operação gerenciada por essa metodologia, trazendo uma atuação mais eficaz no enfrentamento inicial da emergência, sendo necessária para isso a aplicação dos conceitos e princípios apreendidos na disciplina com utilização em cotidiano operacional dada a enorme variedade de aplicações desta ferramenta.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. - Histórico do Sistema de Comando de Incidentes;
- b. - Conceito do Sistema de Comando de Incidentes;
- c. - Princípios do Sistema de Comando de Incidentes;
- d. - Estrutura do Sistema de Comando de Incidentes;
- e. - O Sistema de Comando de Incidentes no Brasil;
- f. - Conhecimento dos formulários do Sistema de Comando de Incidentes;
- g. - Exercício de preenchimento dos formulários em situações práticas;

REFERÊNCIAS:

Deal, Tim. Beyond Initial Response: Using the National Incident Management System's Incident Command System.

Incidente Management Handbook – USCG

Manual de Referência e Manual do Participante do SCI - OFDA/USAID

Manual do Sistema de Comando de Incidentes CBMDF (vários autores)

Material do Curso de Sistema de Comando de Incidentes SENASP/MJ – Fábrica de Cursos

Paixão, Lisandro. Monografia para o CAO, tema: SCI.

<http://training.fema.gov/IS/http://www.uscg.mil/hq/g-m/mor/Articles/ICS.htm>http://training.fema.gov/EMIWeb/IS/ICSResource/ICSResCntr_Forms.htm

OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL - ODC

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Estudo sobre a história, conceitos e a estruturação da Defesa Civil a nível Federal, Estadual e Municipal, descrevendo as atividades realizadas e o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a prevenção de desastres e minimização de seus impactos à população e a natureza, buscando o restabelecimento da normalidade social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos Básicos, Doutrinas e Histórico de Defesa Civil:

- a. Conceitos Relacionados à Defesa Civil;
- b. Defesa Civil no Mundo;
- c. Defesa Civil no Brasil;
- d. Defesa Civil no Estado; e
- e. Segurança Global da População;

2. Estrutura de Defesa Civil no Brasil:

- a. Legislação;
- b. Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC;
- c. Integrantes do SINDEC;
- d. Atribuições do SINDEC;
- e. Atribuições dos Integrantes do SINDEC;

3. Política Nacional de Defesa Civil:

- a. Legislação;
- b. Objetivos;
- c. Instrumentos;
- d. Diretrizes; e
- e. Programas e Ações;

4. Desastre:

- a. Conceito;
- b. Classificação quanto à evolução;
- c. Classificação quanto à intensidade;
- d. Classificação quanto à origem; e
- e. Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR;

5. Classificação de Danos e Prejuízos:

- a. Danos Humanos;
- b. Danos Materiais;
- c. Danos Ambientais;
- d. Prejuízos Econômicos; e
- e. Prejuízos Sociais;

6. Ações de Defesa Civil:

- a. Conceito;
- b. Ações de Prevenções de Desastre;
- c. Ações de Preparação para Emergências e Desastre;
- d. Ações de Resposta aos Desastres; e
- e. Ações de Reconstrução;

7. Defesa Civil em Pernambuco:

- a. Estrutura;
- b. Mobilização em situação de desastre; e
- c. Meio empregados em situação de desastre;

8. Defesa Civil no Município:

- a. Atribuições; e
- b. Atividades desempenhadas.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 12.340, Brasília, 2010. (disponível no site: www.defesacivil.gov.br)
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal 7.257, Brasília, 2010. (disponível no site: www.defesacivil.gov.br)
- CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Manual de Planejamento em Defesa Civil. Trabalho Técnico. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Secretaria de Defesa Civil, 1999, 4v.
- CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Glossário de Defesa Civil - Estudos Físicos e Medicina de Desastres. Trabalho Técnico. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Secretaria de Defesa Civil, 2005.
- NACIONAL, Ministério da Integração/Secretaria de Defesa Civil, Política Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2007. (disponível no site: www.defesacivil.gov.br)

NACIONAL, Ministério da Integração/Secretaria de Defesa Civil, Manual de Desastres – Desastres Humanos, Parte I, II e III. Brasília, 2007.

NACIONAL, Ministério da Integração/Secretaria de Defesa Civil, Manual de Desastres – Desastres Naturais, Brasília, 2005.

NACIONAL, Ministério da Integração/Secretaria de Defesa Civil, Manual de Desastres – Desastres Humanos, Mistos. Brasília, 2005.

Sites: 1 - Secretaria de Defesa Civil - <http://www.defesacivil.gov.br>.

2 - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Pernambuco (CODECIPE) - http://www.comunidades.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1670.1

MATERIAIS MOTOMECANIZADOS - MMZ

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Contextualização dos conhecimentos sobre os materiais motomecanizados. Desenvolvimento de habilidades para compreensão, descrição e aplicação dos princípios de funcionamento, realização de operações simples e complexas com as viaturas operacionais, equipamentos e embarcações do CBMPE, empregando a devida manutenção dentro de cada nível em que se divide.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. MANUTENÇÃO:

- a. Conceituação;
- b. 1ºescalão;
- c. 2ºescalão;
- d. 3ºescalão;
- e. 4ºescalão.

2. TIPOS DE MOTORES:

- a. Ciclo de Otto,
- b. Motores a combustão;
- c. Motores a compressão;
- d. Motores de 04(quatro tempos);
- e. Motores de 02(dois tempos);

3. VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIO:

- a. Acionamento;
- b. Capacidades;
- c. Testes de Bombas;
- d. Problemas com operação de bombas;
- e. Operação de ABT;
- f. Operação de AT;
- g. Operação de Auto Plataforma.

4. EQUIPAMENTOS MOTOMECANIZADOS ESPECIAIS:

- a. Moto serras;
- b. Moto abrasivos;
- c. Desencarceradores;
- d. Torre de iluminação.

5. EMBARCAÇÕES:

- a. Tipos;
- b. Operação Básica em Motores de Popa;
- c. Operação Básica em Moto de Salvamento Aquático;
- d. Operação Básica em Lancha de Salvamento Aquático.

REFERÊNCIAS:

Conceitos Básicos de Motores – Mercedes Benz 1988

Catálogo e Especificações de técnica em geral.

Manual de manutenção preventiva Yamaha 1999;

Manual de manutenção de usuários Honda náutica 2001;

Manual de uso e emprego de Motores- Ford Brasil 1999

Motor à gasolina – Ministério da Defesa/1981

PMESP/CCB – Apostila de teoria e prática de combate a incêndio – CIAD/CBO/77

PMESP/CCB – Apostila de manutenção – CIAD/CBO/77

PMESP – Apostila do CEMMA em geral

PRÁTICA BOMBEIRO MILITAR - PBM

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A disciplina consiste na associação da atividade tática operacional bombeiro militar à prática dos serviços rotineiros nas ações preventivas de combate a incêndio, atividades de salvamento (aquático, terrestre e altura) e atendimento pré-hospitalar. Exalta o desenvolvimento dos valores técnicos operacionais em consonância com a necessidade operativa dos diversos equipamentos de bombeiros (logística) na aplicação prática em eventos que tenham a presença de grande público, em estádios de futebol, bem como na prontidão de serviços operacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. - Ações Preventivas e/ou Operacional na área de Incêndios;
- b. - Ações Preventivas e/ou Operacional na área de Salvamento Aquático;
- c. - Ações Preventivas e/ou Operacional na área de Salvamento Terrestre;
- d. - Ações Preventivas e/ou Operacional na área de Salvamento em Alturas;
- e. - Ações Preventivas e/ou Operacional na área de Atendimento Pré-Hospitalar;
- f. - Avaliação Prática através da passagem em um Circuito Técnico Operacional de Maneabilidade para Bombeiros.

REFERÊNCIAS:

Manual de Fundamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo – 2ª Edição/2006

MANOBRAS ACADÊMICAS BOMBEIRO MILITAR - MABOM

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: A disciplina versa a empregabilidade operacional do Bombeiro Militar em situações adversas de grande magnitude (enchentes, secas, terremotos, desastres químicos e biológicos, incêndios florestais, etc.), buscando o desenvolvimento do tirocínio e da capacidade para a solução dos problemas novos que lhe são apresentados, frente à necessidade da construção de seu perfil profissiográfico em harmonia com as operações de extinção de incêndio, busca resgate e salvamento. Visa a sublimação ao perfeito equilíbrio emocional, à resistência a esforços físicos exaustivos, à capacidade de improviso, à capacidade de liderança e a rápida adaptação a novas técnicas, fatores que permitirão ao discente (bombeiro) uma melhor atuação nas operações durante a sua vivência na atividade fim da Corporação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- a. - Ações Operacionais na área de Incêndios;
- b. - Ações Operacionais na área de Salvamento Aquático;
- c. - Ações Operacionais na área de Salvamento Terrestre;
- d. - Ações Operacionais na área de Salvamento em Alturas;
- e. - Ações Operacionais na área de Atendimento Pré-Hospitalar;
- f. - Ações Práticas de Busca e Resgate;
- g. - Organização Tática de Áreas Sinistradas;
- h. - Organização de Áreas Acampadas;
- i. - Noções e técnicas de sobrevivência em situações adversas.
- j. - Avaliação prática executada durante a atividade instrucional.

REFERÊNCIAS:

Manual de Fundamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo – 2ª Edição/2006;